



Revista Brasileira de História

ISSN: 0102-0188

rbh@edu.usp.br

Associação Nacional de História
Brasil

El Far, Alessandra

Bilhetes de namoro abertos ao público: mensagens e encontros às escondidas
anunciados no Jornal do Commercio (década de 1870)

Revista Brasileira de História, vol. 37, núm. 74, enero-abril, 2017, pp. 13-32

Associação Nacional de História
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26350698002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Bilhetes de namoro abertos ao público: mensagens e encontros às escondidas anunciados no *Jornal do Commercio* (década de 1870)¹

Lovers' notes in public view: Hidden messages and meetings announced in Jornal do Commercio (1870s)

Alessandra El Far*

RESUMO

O artigo recupera e analisa uma série de bilhetes de namoro publicados nas seções de anúncio do *Jornal do Commercio* ao longo de toda a década de 1870. Mesmo diante das estritas regras morais existentes, em particular no interior das famílias mais abastadas do Rio de Janeiro, o namoro gradualmente ganhou amplitude e tirou proveito das novas práticas de sociabilidade que se instauraram no cenário urbano após a chegada da Família Real portuguesa. Assim sendo, exploram-se as principais temáticas presentes nessas mensagens com o intuito de mapear algumas dinâmicas, bem como dilemas e expectativas do namoro no cotidiano da vida na corte imperial. Palavras-chave: namoro; século XIX; *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro).

ABSTRACT

This article draws on and analyzes a series of love notes published in the classified sections of *Jornal do Commercio* throughout the 1870s. Notwithstanding the existing moral rules, in particular within the richest families of Rio de Janeiro, courtship gradually gained amplitude and took advantage of the new practices of sociability established in the urban scenario after the arrival of the Portuguese Royal Family. The principal themes present in these messages are explored, with the purpose of mapping the dynamics, as well as the dilemmas and expectations, of courtship in the life of the imperial capital.

Keywords: courtship; nineteenth century; *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro).

* Professora Doutora de Antropologia. Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Guarulhos, SP, Brasil. alessandraelfar@gmail.com

“M.

Amei-te; desprezar-te não foi por gosto. – F”

(JC, 11 out. 1870)

“X.

Hoje, às horas que sabes, lá estarei... teu – Z”

(JC, 17 nov. 1872)

“S. M.

Ptdqu udqsi cd orarafdi gaid zt ptzsqn d ldbz.

Pcd rztezedr, zmin ptiqhen!”

(JC, 18 mar. 1876)

O NAMORO NA CORTE DO SÉCULO XIX

Ao longo do século XIX, em particular no contexto da corte imperial, o namoro ganhou amplitude e estremeceu o coração dos jovens, acostumados até então à perspectiva restrita de contrair matrimônio, ainda moços, de acordo com a vontade de seus pais. Enquanto prática social, o namoro confrontou-se com os padrões morais estritos da família patriarcal brasileira, no entanto, após a chegada de d. João VI ao país, tirou proveito das novas dinâmicas de sociabilidade que se instauraram no cenário urbano.

As mulheres da elite econômica, até então confinadas no espaço doméstico, sob a vigia impiedosa de pais e maridos, passavam a frequentar festejos públicos, teatros, reuniões sociais, compromissos religiosos e bailes, tornando cada vez mais frequente a troca de olhares, beliscões, pisadelas² e declarações de amor. Em 1849, Álvares de Azevedo, naquela época estudante da Faculdade de Direito de São Paulo, contava à sua mãe que enquanto os bailes do Rio de Janeiro reluziam “com toda magia de fulgências e luzes”, era preciso na capital paulistana contentar-se com uma vida insípida e tediosa (Azevedo, 1976, p.71).³

Os mais conservadores não gostavam dos novos costumes que iam ganhando voga no país e lembravam orgulhosos a época dos vice-reis, quando não havia “nada de balcões, nada de pianos, nada de passeios, companhias, teatros” (*O Espelho Diamantino*, 1 nov. 1827). Também saudoso de um passado severo com as mulheres, o autor de uma narrativa ficcional publicada em *Novo Correio de Modas*, em 1853, assim escrevia:

Felizes tempos eram esses! As moças iam à missa de madrugada: de dia ninguém as via: e se alguma em dia de festa queria passear com a avó ou a tia, havia de ir de cadeirinhas. Bem razão têm os nossos velhos de chorar por esses tempos, em que as filhas, não sabiam escrever, e por isso não mandavam nem recebiam bilhetinhos.⁴

Os integrantes das famílias mais elegantes da cidade do Rio de Janeiro buscavam nas diversas ocasiões sociais estabelecer ou consolidar vantajosos laços de amizade e intimidade. Sendo o casamento, nesse cenário, uma valiosa via de ascensão ou manutenção de prestígio social, esperava-se que as jovens, em sintonia com os ideais de honra, virtude e recato, fossem cortejadas na presença de seus pais por moços de famílias bem estabelecidas que tivessem a séria intenção do consórcio. Sem delongas, após as primeiras demonstrações de afeto e interesse, vinha a expectativa de uma carta remetida ao pai, formalizando o pedido de casamento.

Os diversos manuais de missivas amorosas publicados no século XIX traziam exemplos que ilustravam como um rapaz, bem educado e intencionado, deveria se dirigir ao pai de sua futura esposa. Na seção “A um pai para lhe pedir a filha”, do livro *Mensageiro dos amantes ou carcás de frechas amorosas*, lia-se:

Senhor,

Desde que tenho a felicidade de frequentar a sua casa, nela tenho visto o exemplo de todas as virtudes, e se alguma coisa valho, devo-o sem dúvida à sua sociedade. A este motivo de reconhecimento juntarei outro ainda mais poderoso, se V... aprovar os sentimentos que concebi por sua filha a Senhora N....

A todos os atrativos do seu sexo ela reúne as qualidades que fazem nascer a estima. O segredo do meu coração não me escapou: é ao seu melhor amigo que ousou descobri-lo, é da sua boca que desejo saber a minha sorte.

Os confidentes de minha inclinação são unicamente meus pais, há seis meses que as minhas cartas os entretêm da sua encantadora filha. Aprovam a minha escolha e se felicitarão da honra da sua aliança.

Se a resposta de V... me for favorável, se no coração da que amo não encontrar obstáculo, apressar-me-ei em dar parte a meus pais, para que eles façam junto de V.... o necessário para minha ditosa união.

Tenho a honra, &C. (Casamenteiro, s.d., p.73-74)

Mesmo sendo ainda a palavra dos pais o veredito final acerca do matrimônio dos filhos, vemos nessa epístola, publicada na década de 1840, a presença de um tímido espaço conferido aos sentimentos dos jovens em idade de casamento. Após conhecer uma moça em ambiente familiar, o rapaz confia unicamente aos pais suas intenções. Ao obter deles o devido consentimento, toma fôlego e escreve, seguindo as devidas etiquetas, um pedido formal de união, colocando nas mãos do pai da moça o destino de uma possível aliança.

Outros modelos de cartas continuaram sendo publicados nas décadas seguintes. Nesses volumes, que em geral recebiam o nome de *Secretário* ou *Conselheiro dos amantes*, *Manual de epístolas galantes*, dentre outros, havia sempre uma seção de missivas dirigidas ao pai da moça, principal responsável pelo destino do futuro casal. Em 1882, o comércio livreiro de Cruz Coutinho sediado na cidade do Porto, em Portugal, mas também com portas abertas no Rio de Janeiro, publicava *O Novíssimo conselheiro dos amantes*. Em suas páginas, um suposto rapaz declarava: “Consultá-la ainda não ousei, pois de que me serviria a certeza de que ela anuiria ao meu projeto, se a vontade de seu pai lhe fosse oposta?” (Silveira, 1882, p.37).

Entretanto, apesar das severas regras de conduta e honra que recaíam sobretudo nos ombros das moças advindas dos grupos sociais mais abastados do Rio de Janeiro, instaurou-se, gradualmente, no cotidiano da corte imperial, uma série de estratégias que tinha por principal objetivo possibilitar alguma proximidade entre duas pessoas com sentimentos recíprocos de afeto. Nesse sentido, algumas moças e rapazes, de diferentes camadas sociais, assim como mulheres mais velhas ou viúvas, homens ricos ou sem fortuna, imersos em suas próprias experiências amorosas, ao depararem com os impedimentos familiares e morais, suspendiam temporariamente o recato e o silêncio para se engajar em artimanhas variadas que pudessem possibilitar o diálogo amoroso, certamente restrito, porém livre da mediação e da presença de pais e outros parentes.

Foi nesse contexto que a troca de bilhetes e cartas ganhou amplitude e dramaticidade, deslizando todos os dias pelas mãos dos namorados e seus cúmplices. A inglesa Maria Graham, que viajou pelo Brasil no início da década de 1820, certa noite admirava as belas mulheres em uma reunião elegante no bairro de Botafogo quando ouviu o comentário sarcástico de um conterrâneo há mais tempo no país. Segundo ele, “havia naquela sala pelo menos dez senhoras providas do bilhete que escorregariam na mão de seus galãs”, “tanto as casadas quanto as solteiras” (Graham, 1990, p.271).

Muitas vezes, contudo, os bilhetes só conseguiam chegar ao seu destino por meio de favores, em certos casos remunerados, de cúmplices, meninos de

recado e escravos de confiança. Em uma charge publicada no jornal *O mundo da lua*, vê-se uma jovem branca, que, ao fazer sua toalete, perguntava à escrava ao seu lado:

— Então, Rita? estás contente, hein? Vou casar-me!

— Qual, nhanhã! estou triste. Agora nem uma gorjeta mais pelas cartinhas dos moços! Pobre de mim! (*O mundo da lua*, n.5, p.4)

Esses bilhetes, passados de mão em mão entre homens e mulheres tão distintos em suas trajetórias individuais, desfizeram-se no curso natural do tempo, vítimas do esquecimento ou destruídos por aqueles que temiam intrigas e mexericos. Entretanto, uma pequena parcela dessas falas conseguiu sobreviver, graças à iniciativa do *Jornal do Commercio*⁵ de vender espaço, nas seções de anúncio, para aqueles que quisessem publicar mensagens pessoais, assinadas apenas por iniciais. Os namorados que não haviam encontrado portadores de confiança ou algum outro meio mais seguro⁶ viam nessas páginas, designadas a todos aqueles que soubessem ler, uma via útil de comunicação. Na ausência de melhor opção, escreviam notas amorosas expostas ao público e protegiam-se como podiam, graças ao anonimato construído por iniciais e nomes falsos bem como por sentenças alusivas e entrecortadas, capazes de serem compreendidas, em teoria, apenas pela pessoa que compartilhasse dos mesmos segredos.

Os bilhetes publicados no *Jornal do Commercio*, evidentemente, não traziam as mesmas falas trocadas pelos namorados na intimidade de um possível encontro sem testemunhas. O permanente receio de serem descobertos conferiu a esses discursos uma série de filtros, autocensuras e reticências. A troca constante de iniciais e mesmo o uso descontínuo e temporário desses anúncios não nos permitem seguir de perto os contornos sentimentais de um casal por mais de algumas semanas. Contudo, apesar de seu caráter fragmentário e disperso, essas escritas constituíram uma privilegiada via de acesso ao universo mental dos sujeitos que, em certo período de suas vidas, ousaram caminhar pelas “veredas sociais do namoro” (Candido, 1997, p.127).

Este artigo, com isso, tem por objetivo explorar as principais temáticas presentes nessas mensagens com o intuito de mapear algumas características da vida social da corte relacionadas ao cotidiano do namoro ao longo dos anos 1870, um período no qual esses bilhetes surgiram de forma significativa nas páginas do *Jornal do Commercio*. De modo mais específico, tenho a intenção de mostrar que esses diálogos impressos nas folhas de um jornal diário, ao seu

modo, elucidavam os conflitos, expectativas e temores presentes nas novas dinâmicas e arranjos da família urbana brasileira.

No decorrer do século XIX, o modelo da grande família patriarcal, proprietária de terras e principal meio de produção e consumo, ao adentrar gradualmente no cenário urbano da corte, regido cada vez mais pelo alargamento do comércio, das práticas empresariais, das profissões liberais e do contrato individual, passava a vivenciar conflitos e desajustes nascidos de sua própria rigidez e decadência. Os laços matrimoniais não mais precisavam assegurar, em especial mediante o dote que a noiva agregava ao casamento – constituído em grande parte de terras, gado e mão de obra escrava –, a aquisição e o gerenciamento de uma propriedade produtiva (Nazzari, 2001). No âmbito urbano do Oitocentos, os homens que haviam conquistado um diploma de bacharel, enriquecido no comércio ou obtido ganhos significativos de capital, já não mais dependiam da posse de terras para constituir uma família. Nesse viés, os casamentos deixavam de ser regidos essencialmente pelo acordo econômico entre famílias, passando lentamente a levar em consideração afinidades pessoais e sentimentos recíprocos de afeto.

Essa nova conjuntura, por sua vez, conferiu mudanças e reajustes no interior das relações de gênero. Quer dizer, o jovem rapaz estudante ou já atuante em sua profissão assalariada, seja no campo privado ou em algum cargo burocrático do governo monárquico, não tinha pressa em tomar para si as responsabilidades do sustento familiar, enquanto as moças, em especial dos círculos burgueses, com o desaparecimento do dote, empenhavam-se na conquista de um bom marido, garantia de um futuro financeiro relativamente seguro.

Mas não eram apenas as jovens das camadas abastadas que ansiavam por um casamento promissor. Os setores médios, que cresciam a olhos vistos, munidos de mulheres solteiras, viúvas ou empobrecidas – que transitavam de formas distintas em suas redes de sociabilidade, que executavam alguma atividade remunerada ou detinham renda advinda do aluguel de escravos ou pequenas propriedades herdadas –, traziam também para o centro da cena amorosa do Rio de Janeiro a esperança de relacionamentos que pudessem ser favoráveis em suas trajetórias de vida (Corrêa, 1981; Dias, 1995; Caulfield, 2000, p.30; Sbravati, 2008, p.23-27). Além disso, em compasso com o desenvolvimento das cidades e a movimentação crescente de sujeitos sociais provenientes de grupos sociais cada vez mais heterogêneos e difusos, aumentava o número de uniões formais e informais, que se faziam e desfaziam ao sabor dos encontros cada vez mais imprevisíveis entre os diversos homens e mulheres da segunda metade do século XIX.⁷

Nesse sentido, os bilhetes de namoro veiculados pelo *Jornal do Commercio*, repletos de um viés sentimental tão caro ao romantismo da época, dialogavam, como veremos a seguir, diretamente com esse processo de reconfiguração da dinâmica social, afetiva e familiar, em particular, no espaço urbano da corte imperial. Nessas falas podemos encontrar uma variedade de arranjos e possibilidades que ganhavam dramaticidade nas brechas e fragilidades do rígido modelo patriarcal, que tanto se baseou na honra sexual da mulher e nos mandos da autoridade paterna.

Na tentativa de obter um *corpus* significativo de bilhetes publicados, percorri as páginas de anúncio do *Jornal do Commercio* durante toda a década de 1870.⁸ Em geral, em uma mesma semana havia um ou dois anúncios de namoro. Porém, nos dias de sorte, viam-se até três mensagens, impressas em meio a inúmeras notícias de escravos fugidos, divulgação de aluguéis de amas de leite, cômodos temporários, serviços de professor, advogado e parteira, além de vendas de livros, chapéus, máquinas e remédios.

O ENAMORAR

“I.

Vi-te ontem à varanda, que ventura!”

(JC, 9 jun. 1872)

Protegidos por iniciais e pseudônimos, a identidade e o perfil social dos autores dos bilhetes de namoro publicados no *Jornal do Commercio* somente de modo difuso e escorregadio chegam àqueles que hoje folheiam as páginas desse periódico. Enquanto uma parte das mulheres caminhava com alguma liberdade pelo espaço público da cidade a fim de garantir sua própria sobrevivência, outra, provavelmente mais circunscrita, distante das atividades remuneradas graças às condições econômicas mais favoráveis de seus familiares, saía para passeios ou ocasiões festivas somente na companhia de parentes próximos. Diante desse cenário, conseguir uma conversa ou encontro com essas mulheres era algo que exigia esforço, estratégia e ousadia. Penso que muitas dessas notas se dirigiam a elas.

Os bilhetes publicados no *Jornal do Commercio* mencionam, recorrentemente, a distância imposta e, com ela, o nascimento do sentimento amoroso por meio do olhar. Ao avistar uma moça e sentir-se por ela afeiçoado, o rapaz

logo buscava informações sobre sua morada, fazia-lhe sinais, escrevia-lhe bilhetes na tentativa de dar início a algum tipo de comunicação:

R.

Desde que te vi pela primeira vez no H. C. O. nunca mais esqueci-te, de balde indaguei e procurei tua morada; depois de andar errante e triste por todas as ruas, e por muito tempo sofrendo o martírio de tua ausência, eis que afinal tive a felicidade de saber que ias residir na rua de S. C., e como de fato; hoje me considero mais feliz porque já te posso ver quase todas noites, não podendo ver-te de dia por nunca chegares à janela ... adeus – C. (JC, 27 abr. 1877)

S.

Fiz-lhe alguns sinais e pareceu-me serem correspondidos, pôs-me em dúvida a distância que nos separava; estava vestida de preto, sobressaindo-lhe nos ombros uma certa alvura que lhe dava todo o brilho. Indique-me o meio de conduzir as cartas à sua presença. Aceite uma terna saudade do aspirante ao seu amor... Sinto muitas saudades de ontem para hoje!... P.B. (JC, 15 jul. 1879)

X.

É com a inicial acima que terei de dirigir-vos algumas linhas, já que não vejo modo de poder enviar-vos uma carta, nem tão pouco de poder falar-vos, para saberdes quem vos fala; lembrai-vos que é aquele que de manhã vos aparece e que às vezes se coloca ao lado do *chafariz*; ontem pus o *lenço* no pescoço e hoje farei a mesma coisa, sinal este, que se o fizerdes também, me convencerei de que sou atendido, e então prosseguirei por esse meio – Z. (JC, 25 out. 1872)

Nessas mensagens, os homens procuravam se identificar para que as moças, certas de quem as havia cortejado, pudessem permitir algum tipo de aproximação ou envio de cartas. A vigia de familiares e amigos próximos e, por conseguinte, a constante falta de oportunidade, em certos casos, exigia do rapaz paciência e perseverança:

P...

Só a 17 de agosto do ano findo é que comecei a reparar nos teus escritos, o que me causou grande prazer, porque eu também já me sentia atraída para ti ... tua M. (JC, 13 jan. 1873)

Quando a moça consentia seu afeto, permitindo ser vista ou respondendo às missivas a ela enviadas, declarações entusiasmadas de amor davam o tom das mensagens publicadas no *Jornal do Commercio*:

B...?

Acho-me possuído de uma tal alegria, que nem sei o que hei de dizer-te; a última vez que falamos dirigiu-me palavras tão agradáveis, que ainda hoje sinto-me extasiado de tanta virtude e grandeza d'alma. – Teimoso. (JC, 9 nov. 1870)

M.

Depois de quinze dias tive o prazer de contemplar-te, cada vez amo-te com mais ardor, recebi a missiva que mandaste-me a qual veio aplacar os meus sofrimentos vendo que declaras que ama a este infeliz. – P.C. Tino. (JC, 14 jun. 1870)

Entabulado o namoro, o casal engajava-se na realização de encontros. Tendo acertado um local conveniente, dias e horários viáveis, os bilhetes publicados serviam para fornecer informações mais precisas e de última hora. Essas mensagens, na tentativa de despistar os mais curiosos, estavam repletas de elipses, alusões, significados implícitos e paradoxos:

C...

Amanhã. – A... (JC, 17 fev. 1870)

J.

Hoje às 5 horas espero ver-te na janela para entregar-te um objeto; porém manda um mensageiro. – L. (JC, 20 fev. 1870)

Escrevi ontem na grande coluna; veja bem, e espero a hora da boa vista no sábado, no p... no jardim; só às 8 e meia; já sabe o motivo; segunda vou à hora das violetas, sim: tu és quem me podes fazer feliz. Adeus, eu só. Outrem. – M.S. (JC, 6 set. 1871)

Difícil saber com precisão o local de encontro e o grau de proximidade que os autores desses bilhetes conseguiam obter. Em algumas mensagens, os rapazes pediam às moças, em dias e horários combinados, saírem à janela, mas também requisitavam sua presença domingo no Passeio Público, em apresentações de teatros, em igrejas, ao pé da santa de devoção e em casas de pessoas conhecidas. É provável que os momentos a sós fossem poucos, porém, mesmo

breves, poderiam ser úteis para a troca de retratos, presentes, juras de amor, segredos e intimidades.

SOFRIMENTOS DE AMOR, PEDIDOS DE CONSTÂNCIA E RESIGNAÇÃO

“R.

Luto com a ausência, amor e saudade: não tens dó?!”

(JC, 7 jun. 1872)

Apesar da alegria surgida do sentimento amoroso correspondido, grande parte dos bilhetes de namoro publicados no *Jornal do Commercio* expressava as angústias desses relacionamentos marcados pela distância, dificuldades de comunicação, mal-entendidos, inseguranças, intrigas e frustrações. “Quanto tenho sofrido por não poder te ver estes dias”, confessava H. (JC, 10 abr. 1870). O prazer de olhar a mulher amada poderia ser tão raro quanto incerto, o que gerava “estados de aflição”, inquietações e súplicas por algum tipo de notícia ou demonstração de afeto.

As ausências repentinas, sem qualquer tipo de explicação, geravam igualmente todo tipo de dúvida e desconfiança. “Depois da última carta que me escreveste pelo J. ainda não tive notícias suas”, dizia X., que fazia então seu pedido à namorada: “desejo muito saber como tens passado, procure meio de escrever-me para tranquilizar-me” (JC, 27 abr. 1872). “O que te terá acontecido?”, indagava, por sua vez, uma mulher que assinava sua missiva com as palavras “sempre a mesma” (JC, 2 maio 1877).

O silêncio no namoro às escondidas do século XIX colocava permanentemente os casais à mercê de intrigas e mal-entendidos. Afinal, diante das dificuldades de comunicação, os rumores e comentários invejosos proliferavam e nem sempre conseguiam ser desfeitos. “Quem tramou tudo foi uma pessoa de tua casa”, avisava B., e pondo um fim em seu relacionamento, defendia-se: “só tenho a dizer é que fui fiel a tu ingrata. Adeus para sempre” (JC, 27 jun. 1871). Alguns rapazes mostravam-se mais compreensivos e, frente à suposta ingenuidade da namorada, ofereciam seu perdão:

J. L. F.

Não quiseste tomar os conselhos que te dei, ao menos não me desprezes; foste iludida pelas falsas amigas que eu sempre te preveni. Ah ! J. L. F., tu em breve te

arrepende-rás; diz-me onde existes, eu te procurarei, perdoo-te tudo que fizeste no dia 29 de janeiro de 1876 – Teu A. L. L. (JC, 2 fev. 1876)

Não por acaso, atentos às dificuldades que enfrentavam, os namorados requisitavam a seus parceiros promessas, juramentos, pedidos de paciência, mas, especialmente, “constância”, palavra usada entre aqueles que sabiam ter pouco domínio acerca de seu destino:

S.

Não pude ontem ir ver-te. Estou por isso tristíssimo e com muitas saudades. Recorda-se do fatal passeio, meu compromisso e depois a cruzinha? Desejo muito falar-te. Z. (JC, 21 ago. 1877)

N...

Constância e firmeza é o que peço. Quando te fizerem ou disserem alguma coisa, não te importe; deixa falar. Não te mortifiques: tem paciência e esperança, que a vitória não se fará esperar. – Teu até... N – P.S. Lembranças. (JC, 8 out. 1872)

Assim sendo, a melhor proteção para esse tipo de namoro parecia ser o segredo, a discrição e o anonimato. “Não admito a intervenção de terceira pessoa, esse segredo é, e deve ser, exclusivamente nosso”, dizia um anúncio sem assinatura (JC, 24 jan. 1871). O rapaz que reclamava ser a sociedade um “doce amargo” e uma dor que “não matava”, mas trazia consigo o poder de a ele “consumir”, ao seu modo, pedia precaução à sua amada: “não te esqueças da recomendação que te fiz na última vez que estivemos juntos, nada diz, nem mesmo àquela pessoa” (JC, 4 jul. 1878). Era comum que casais contassem com o favor ou a benevolência de um “portador seguro”, como se lia tantas vezes nos bilhetes publicados no *Jornal do Commercio*. Porém, no caso de troca de cartas, os segredos compartilhados, que iam e vinham por intermédio de terceiros, estavam constantemente em risco. “O meio de correspondência que achaste é perigosíssimo. Peço-te, pelo amor de Deus, que não uses dele. Havemos de nos encontrar”, dizia um autor anônimo (JC, 19 dez. 1872). Em mãos erradas, as cartas poderiam causar transtornos irremediáveis, em especial às meninas que, cientes disso, costumavam demonstrar preocupação aos namorados. Alguns respondiam, “recebi, não faça caso, nada continha que te prejudique” (JC, 17 ago. 1871). Muitas vezes, porém, pedia-se um fim para aqueles papéis, “desejo saber da sua graça, acabe de ler, rasgue e bote fora, adeusinho” (JC, 18 mar. 1871).

Era na avaliação criteriosa dos riscos que alguns preferiam publicar suas mensagens no *Jornal do Commercio*. Isto porque, após conseguirem pagar pela divulgação de um bilhete, aquelas palavras, mesmo dirigidas a uma pessoa em particular, pertenciam desde o princípio ao domínio público. Sua posse a ninguém comprometeria.

Todo esse quadro evidencia que o namoro às escondidas requisitava grande esforço, habilidade e atenção. As mulheres, cientes do frágil lugar que ocupavam na vida social, muitas vezes entravam nesses relacionamentos com discernimento. Atentas às normas e expectativas de conduta moral, agiam e reagiam, ora correspondendo a olhares e sinais, ora recuando e mostrando indiferença, o que por vezes parecia acirrar o interesse dos rapazes (Simmel, 1993, p.94-95; El Far, 2014). “Sabia que não havia incômodo”, escrevia o autor de um bilhete sem assinatura, “pois passeavas todos os dias, e até vendo-me uma vez deste-me as costas, portanto não sabendo a que atribuir tal procedimento fiz-te uma proposta” (JC, 3 maio 1877).

Todavia o namoro tornava-se mais arriscado quando o pai da moça ainda solteira, ciente da situação, recusava seu consentimento. Nas mensagens, ele passava a ser visto como o grande responsável pelo infortúnio do casal, inspirando falas de ressentimento e indignação. “Esse dragão”, dizia J. à sua amada, “que hoje impede a nossa felicidade e que tanto mal nos causa, já com seu proceder, já com seus ditos infundados, em breve terá o seu pago; e tu meu amor eu vos suplico, não te incomodes, não chores, lança ao desprezo todas essas coisas” (JC, 6 maio 1876).

Diante dos desgostos que vivenciavam, alguns depositavam na nobreza de uma conduta resignada a esperança de um dia terem seus sonhos realizados. “Cheio de resignação”, dizia X., “espero que o futuro converta todos estes sofrimentos na mais verdadeira felicidade” (JC, 18 maio 1872). Outros requisitavam, nesse momento, uma confiança incondicional, que poderia levar algumas moças a decisões sem volta e fugas premeditadas. Como foi o caso de N., que recebia de seu namorado promessas e o apelo de uma obediência cega:

N...

Sei do que há e das dificuldades a vencer de tua parte para me dares notícias tuas! Pois bem, conserva aquela prometida constância com toda a tenacidade e deixa essa selvática opressão dos teus algozes ir por diante: ela parará sem dúvida quando te resolveres a obedecer-me em tudo cegamente. Se te falta a estima de que és merecedora, encontrá-la-ás em mim.

Daqui a alguns dias contar-te-ei uma infernal novidade! Descansa, porém: deixa

dizerem o que quiserem, cerra os ouvidos a qualquer história ainda mesmo contada por pessoa do teu sexo.

Tem fé e constância, que não serás abandonada pelo teu N. (JC, 2 out. 1872)

A honra da jovem mulher atrelada sobretudo à sua virgindade não tinha o mesmo peso e significado para as diferentes camadas sociais da corte imperial. As moças dos grupos sociais mais abastados, quando solteiras, viam-se sob a vigia incessante de seus pais, que não raro procuravam casá-las o quanto antes livrando-se assim de possíveis infortúnios. Sob o título de “Os casamentos de hoje”, um colunista do *Jornal das Famílias* reclamava, em junho de 1875, que havia ainda na “sociedade brasileira” o “demasiado açodamento em casar as moças”. As mães, ao invés de educá-las, dizia ele, buscavam casá-las rapidamente.

Mesmo assim, em geral, os casos de defloração eram cada vez mais expressivos e ganhavam a atenção dos leitores quando chegavam à grande imprensa ou ganhavam a cena em romances do realismo, como foi o caso de *Casa de pensão*, escrito por Aluísio Azevedo, em 1884. Essa história procurou retomar a famosa “questão Capistrano”, ocorrida em 1876 acerca do estudante da Escola Politécnica que, após seduzir e deflorar uma jovem menina e ser absolvido pela corte, era assassinado, em plena rua da Quitanda, pelo irmão da moça. Tanto no Império quanto nas primeiras décadas da República, famílias costumavam recorrer à polícia para reivindicar a honra de suas meninas, exigindo do acusado, por meio do casamento, o reparo do dano cometido.⁹

Naquele período, esperava-se que as mulheres, sobretudo dos grupos sociais aburguesados, adotassem um comportamento de virtude e recato, reconhecessem os benefícios da vida doméstica e obedecessem fielmente aos dizeres de seus pais. Em compasso com as regras morais, acreditava-se que o amparo da família poderia protegê-las das falsas promessas provenientes dos galanteios frívolos, que não tinham a séria intenção do consórcio. Em sintonia com essa perspectiva, uma jovem, que mencionava sua “simplicidade” e igualmente sua “falta de experiência do mundo”, repudiava, em alto e bom tom, aquele que parecia se importar unicamente com suas próprias ambições. Dizia ela:

A....

Rendo graça infinita ao Altíssimo por ter-me afastado de ti e dos teus, que, aproveitando-se da minha simplicidade e falta de experiência do mundo, cavavam

lentamente a minha desgraça. Eu confio só e inteiramente nos meus, em que reconheço os meus verdadeiros amigos e protetores.

Fica desenganado de qualquer pretensão que possas ter e esquece-te de mim para sempre, como eu o já fiz de ti. – E. (JC, 1 fev. 1871)

Apesar das falsas promessas e da posição arriscada que muitas mulheres se colocavam, o namoro e a galanteria já faziam parte do cotidiano da corte imperial. Os anúncios no *Jornal do Commercio*, as charges ou relatos de época que mencionavam o constante ir e vir de cartas e bilhetes de amor, e até mesmo o nascimento na década de 1880 de um periódico intitulado *O Cherubim* (1885-1887), indicam que o namoro crescia a olhos vistos, e criava, até mesmo, linguagens próprias e códigos secretos, que ora conseguiam assegurar a continuidade desses relacionamentos, mas ora davam margem a uma série de confusões e intervenções alheias, sempre indesejadas.

ENTRE SINAIS E CÓDIGOS SECRETOS

“A...

Seria teu o anúncio do dia 1, assinado M.?

Seriam tuas aquelas doces palavras?!

Responde-me amanhã pelo *Jornal*. – O.”

(JC, 11 fev. 1870)

Ao publicar uma mensagem no *Jornal do Commercio*, os autores desses bilhetes ficavam sujeitos não apenas à curiosidade do público, que poderia acompanhar diariamente o desenrolar de sua sorte amorosa, mas também aos erros de impressão e às incertezas de autoria.

Q. I.

No dia 19 do corrente saiu um artigo meu publicado no *Jornal* e estive na firme resolução de que fosse o último; vejo-me porém, obrigado a lhe dizer que os artigos destes dias não são meus, e que nunca mais traçarei em papel algum as iniciais, que simbolizam o tratamento que lhe dei. Adeus – V... I... (JC, 25 jan. 1872)

Minha cara A***

Para me certificar se foste tu que me escreveste a carta que vem no *Jornal* de hoje (2 de janeiro) desejo que me dês um sinal ou um nome de qualquer objeto do nosso conhecimento por este jornal. Diz onde e quando poderei ver-te. – J*** (JC, 3 jan. 1872)

Não faltavam, assim, pedidos de confirmação por meio de sinais conven-
cionados. Enquanto alguns faziam gestos com os braços, mãos, chapéus, leques
e bengalas, outros traziam no vestuário lenços e flores. O uso de determinadas
cores também poderia ser algo combinado entre os namorados, entre tantas
outras possibilidades. O que não garantia, contudo, sua correta compreensão:

J.

Chamo toda a tua atenção para os sinais entre nós convenciona-
do-te o que ontem me deste, houve em lugar de clareza confusão. – E..., saíste, e
não me avisaste.... Porque... – *Alf.* (JC, 7 maio 1871)

Nesse cenário de muitas tentativas e dúvidas, alguns casais optavam ainda
pela criptografia de suas mensagens, tornando-as ininteligíveis àqueles que não
tinham acesso às convenções previamente estabelecidas. Os códigos, baseados
em combinações variadas de números e letras, resultavam em uma série de
frases sem qualquer sentido para o leitor comum, e traziam permanentemente
consigo o desafio de serem corretamente decifradas. Como, por exemplo:

L...

N1 c3g5nd1 123r1 pr2c3s4 fl1l1rt2, 2sp2r1m2 n415gir d4 c4st5m2. D4 L... (JC,
10 mar. 1872)

I?

Sahataxe. Gamesá. Senain. hachirim. harbá. hachará; obragué. comestaxe. cha-
gué. hachirim. senahino ahochirim.

Não sei com que pagar-te tantas rosas e flores com que me cercas; mas, não sabes
também, no valor que eu tenho no meu coração; peço-te que não me digas mais
– halajer – nas tuas, porque isso se diz a quem não volta mais; portanto, qualquer
um dia que se dê ocasião. – 21.1.5.9.1.9.2.

P.S. Quero que me faças ver, que compreendestes esta. (JC, 10 jan. 1879)

V.

Não sei decifrar tal enigma, e por isso não posso explicar. – G. (JC, 26 out. 1870)

Ou seja, as distâncias impostas, os olhares vigilantes, as severas normas de
conduta que marcavam, especialmente, as afetividades daqueles que ainda pos-
suíam fortes laços de dependência social e econômica com seus familiares, no
contexto das novas formas de sociabilidade no espaço urbano, acabavam

propiciando a criação de um sem-número de estratégias, linguagens e códigos secretos que ganhavam forma e complexidade na segunda metade do século XIX.

Nos interstícios das convenções morais, encontros clandestinos eram marcados e realizados. Proibia-se a mulher de sair à rua, ela aproximava-se da janela. Impunha-se uma severa distância entre homens e mulheres que não eram unidos pelo matrimônio, surgiam os diálogos velados, os olhares dissimulados e os códigos secretos que baniam temporariamente o silêncio. Condenavam-se as relações afetivas entre pessoas do mesmo sexo, elas apareciam como uma breve e sutil menção nas páginas do *Jornal do Commercio*: “Oh, meu Z, seu teu J. S. C.” (JC, 6 abr. 1872). Ou seja, no heterogêneo universo amoroso da corte imperial cada sujeito lidava ao seu modo com os limites impostos às suas escolhas afetivas.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

As falas inscritas nesses bilhetes de namoro ilustram, em sua totalidade, que ao dispor de alguma autonomia ou liberdade, uma variedade de homens e mulheres, presentes no cotidiano do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, buscava meios para conferir voz aos seus sentimentos pessoais e escolhas afetivas. A leitura de uma década dessas mensagens amorosas evidencia uma pluralidade de sujeitos, advindos de diferentes grupos sociais e econômicos. Enquanto alguns textos demonstravam uma visível dificuldade de escrita, com frases malformadas e de difícil compreensão, outros exalavam poesia e frases em língua estrangeira. “Mon bon petit ami”, dizia uma mulher ao seu namorado, “es que je désire tant ne m’a pas réussie; j’en suis resté toute triste, car c’est aujourd’hui la seule consolation que je désire avoir”¹⁰ (JC, 17 jan. 1870).

Essa diversidade de autores anônimos tinha, entretanto, algo em comum: um segredo, situação possível apenas em sociedades com certo grau de individualização. Em seu inspirador ensaio sobre o segredo, o sociólogo alemão Georg Simmel afirmou que, com o desenvolvimento da vida social, as possibilidades de dissimulação tornam-se mais frequentes, permitindo ao indivíduo retirar-se com mais facilidade para a esfera do privado. O alargamento da sociedade faz gradualmente “o que é público tornar-se cada vez mais público” e o que é privado, mais privado. Nesse sentido, em meio ao burburinho dos encontros e reuniões que passavam a contar com um número crescente de pessoas, novas linguagens e comportamentos surgiam com a intenção de “manter secretos os assuntos privados” (Simmel, 2004, p.149-151).

Leitor de Simmel, David Le Breton, ainda nesse viés, salienta que o segredo “é calado de forma deliberada para salvaguardar uma reputação, evitar um desgosto ou uma decepção”. Para isso, se “estabelece uma linha divisória entre os que sabem e os outros”. Uma “fronteira simbólica de pertença”, que instaura uma “poderosa socialização” a tornar solidários os que dela participam. O risco de ver o segredo revelado exige também dos envolvidos certa disciplina e o resguardo das palavras quando preciso (Le Breton, s.d., p.117).

Se, por um lado, os autores dos bilhetes de namoro veiculados pelo *Jornal do Commercio* corriam o risco de ver seus segredos revelados, o que poderia colocá-los sob o desconfortável e penoso julgamento moral de seus pares, por outro, o que guardavam consigo com grande reserva por vezes oferecia espaço, no mundo privado, para devaneios e projetos sentimentais alocados sobretudo em uma noção valorizada do “eu”, tão cara ao período romântico. Assim sendo, mesmo movimentando-se de maneira restrita e limitada, os namorados, da segunda metade do século XIX, já ousavam navegar por um universo psicológico mais abrangente, fantasioso e intensamente sentimental, declamando aos quatro ventos juras eternas de amor, promessas de felicidade, como também os terríveis sofrimentos da alma enamorada. Às vezes, tais lamentos chegavam a incomodar aqueles que pouco crédito davam a todo esse romantismo. “Meus queridos pom-binhos”, reclamava um leitor do *Jornal do Commercio*, “as vossas cartas amorosas são um primor de estilo; todo mundo as tem admirado; mas pelo amor de Deus, basta, basta, acabai por uma vez com isso, que já passa a ser maçada” (JC, 24 maio 1878). Outros ironizavam, aproveitando o estilo repetitivo dessas mensagens para anunciar produtos em liquidação! A brincadeira feita por uma loja de tecidos, por exemplo, ilumina, com humor, vocábulos e entonações que costumavam dar formato e tonalidade aos bilhetes de namoro:

E...

Não imaginas o quanto tenho sofrido.... só tu poderias magoar tanto o meu pobre coração. Peço-te que amanhã não faltes no lugar designado, pois tenho de ir lá comprar um corte de seda e linho fino... Igual ao da C..., pois hoje eles vendem a 500rs... porém a fazenda vale 1\$200; não te esqueças é na rua da Assembleia n. 102 – *Liquidação Francesa*. (JC, 2 dez. 1877)

Enfim, podemos dizer que os bilhetes anunciados no *Jornal do Commercio*, vistos em toda a sua variedade, nos ajudam a perceber as novas dinâmicas sociais e familiares na vida da corte imperial do Oitocentos. O namoro, quase inexistente nos séculos anteriores, lança luz nesse momento ao individualismo

crescente, às fragilidades da autoridade paterna, deixando transparecer a valorização gradual de sentimentos e afinidades pessoais em detrimento dos casamentos impostos e arranjados entre famílias.

Isto não significa, no entanto, que o amor naquele período pairava sobre todas as coisas (Gay, 1990, p.89). Apesar de o século XIX ter oferecido aos amantes a sensação de que o sentimento amoroso poderia dissipar obstáculos até então intransponíveis – como por exemplo, posição social e diferenças raciais –, a escolha de um parceiro afetivo era para muitos ainda uma questão de cálculo. Sendo o namoro, nesse período, um momento curto e sob constante vigia que, acima de tudo, deveria levar ao casamento, sabia-se que uma escolha equivocada seria o prenúncio de uma vida inteira de desgostos, penúria financeira e amarguras. Por isso, mesmo entrando em conflito com os pais na esperança de maior liberdade de escolha, como diversas vezes explorou a literatura da época,¹¹ tanto os homens quanto as mulheres pareciam cientes dos ganhos e perdas que um casamento poderia oferecer. Com isso, a galanteria, como salientou um jornal, em 1876, também não estava livre de certas ponderações e avaliações criteriosas:

Nas peripécias variadas da vida há quem se sirva do amor por cálculo.

Nesse caso, suspiros, olhares, risos e queixas nascem diretamente do consórcio da ambição com o cálculo.

Nos galanteios são sujeitos aos algarismos. (*Revista Ilustrada*, 1 jan. 1876)

Com o tempo, o costume de publicar bilhetes de namoro nas seções de anúncio do *Jornal do Commercio* tornou-se obsoleta. Graças ao crescimento das profissões liberais, dos serviços remunerados, do desenvolvimento da educação e da maior inserção da mulher no espaço público da cidade, a distância imposta entre os namorados diminuiu lentamente, conferindo cada vez mais oportunidade, privacidade e intimidade para aqueles que possuíam sentimentos recíprocos de afeto.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Álvares de. *Cartas de Álvares de Azevedo*. São Paulo: Biblioteca Academia Paulista de Letras, 1976. (v.1).
- BORGES, Valdeci Rezende. Em busca do mundo exterior: sociabilidade no Rio de Machado de Assis. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.28, p.49-69, 2001.

- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. v.2. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1997.
- CASAMENTEIRO, Damião. *Mensageiro dos amantes ou carcás de frechas amorosas*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, s.d.
- CASTRO, Lívio de. *A mulher e a sociogenia*. Obra póstuma. Capital Federal: Imprensa da Casa da Moeda, 1893.
- CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra*. Campinas: Ed. Unicamp, 2000.
- CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.37, p.5-16, 1981.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DONEGÁ, Ana Laura. *Publicar ficção em meados do século XIX: um estudo das revistas femininas editadas pelos irmãos Laemmert*. Dissertação (Mestrado) – IEL, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 2013.
- EL FAR, Alessandra. Uma etnografia do galanteio nos terrenos da ficção: afinidades eletivas entre antropologia e literatura. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v.57, n.1, p.393-422, 2014.
- ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GAY, Peter. *A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud*. v.2. *A paixão terna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1990.
- LE BRETON, David. *Do silêncio*. Lisboa: Instituto Piaget, s.d.
- NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- NUNES, Benedito. *O romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- PAIS, José Machado. *Artes de amar da burguesia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.
- PRIORE, Mary Del. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
- SBRAVATI, Daniela Fernanda. *Senhoras de incerta condição: proprietárias de escravos em Desterro na segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado) – PPGHistória, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2008.
- SILVEIRA, Julio. *O novíssimo conselheiro dos amantes ou o mais completo secretario amoroso*. Porto: Cruz Coutinho, 1882.
- SIMMEL, Georg. *Filosofia do amor*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- _____. *Fidelidade e gratidão e outros textos*. Lisboa: Relógio D'Água, 2004.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- VIANNA, Pedro Ribeiro. *Elzira, a morta virgem*. Rio de Janeiro: Quaresma, 1913.

NOTAS

¹ Este artigo resultou de uma pesquisa de maior amplitude sobre o universo do namoro no século XIX, e contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) entre 2011 e 2014.

² Tanto em Portugal quanto no Brasil do século XIX, foram comuns os beliscões e as pisa-delas como demonstração de interesse afetivo entre moças e rapazes (PAIS, 2007, p.34; PRIORE, 2012, p.126).

³ Sobre as novas formas de sociabilidade que se instauraram no século XIX, ver também: BORGES, 2001.

⁴ Essa citação foi retirada da dissertação de mestrado de Ana Laura Donegá intitulada *Público ficção em meados do século XIX: um estudo das revistas femininas editadas pelos irmãos Laemmert*. Ver: DONEGÁ, 2013, p.124-125.

⁵ O *Jornal do Commercio* (doravante citado como *JC*) foi criado no Rio de Janeiro em 1827, por Pierre Plancher, e atravessou o século XIX com uma “inalterável tranquilidade”, isenta de “clamores partidários”, o que teria garantido seu acentuado prestígio na sociedade da corte (SODRÉ, 1977, p.216).

⁶ “Meu J. Escrevo por esse meio visto já não ter confiança em outros” (*JC*, 15 maio 1872).

⁷ Embora no espaço urbano houvesse um número maior de pessoas que contraíam o matrimônio formal, no quadro geral do Brasil essa prática ainda era realizada por uma minoria. Em *A mulher e a sociogenia*, cujo prefácio foi escrito em 1887, Lívio de Castro afirma que no Brasil apenas 27,16% das pessoas eram casadas. Havia 4,81% de casos de viuvez, permanecendo a maior parte da população, ou seja, 68,03%, solteira. Frente a esses números, concluía ele: “Em um país onde casa-se 27% da população, o casamento clandestino é a lei, o casamento legal é a exceção” (CASTRO, 1893, p.195).

⁸ Por ser um jornal em circulação até os dias de hoje, não estando por isso disponível na internet, consultei os microfilmes dessas edições do *Jornal do Commercio*, no acervo de periódicos da Biblioteca Nacional.

⁹ No século XIX, a historiadora Martha Esteves, debruçando-se sobre inquéritos policiais, analisou o discurso diante dos juízes das moças que haviam sido defloradas. Nas primeiras décadas do século XX, essa questão foi recuperada por Sueann Caulfield, que explorou as mudanças nos significados de honra para os diferentes atores sociais envolvidos nesses casos de ofensa familiar (ESTEVES, 1989; CAULFIELD, 2000).

¹⁰ “Meu bom namorado, o que eu tanto queria não consegui, eu fiquei muito triste, visto que este é hoje o único consolo que eu gostaria de ter” (tradução minha).

¹¹ O romance *Elzira a morta virgem*, por exemplo, escrito em 1883 por Pedro Ribeiro Viana, vendeu milhares de exemplares por anos seguidos veiculando a dramática história da moça, pertencente ao aristocrático bairro de Botafogo, que fatalmente adoeceu depois que seus pais a proibiram de casar com o rapaz por quem se apaixonara (VIANNA, 1913).

Artigo recebido em 23 de agosto de 2016. Aprovado em 18 de novembro de 2016.